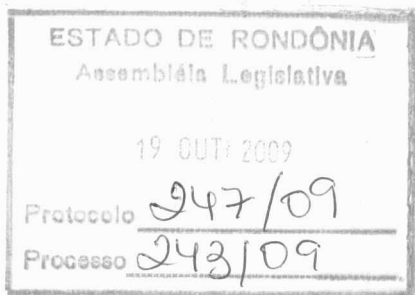


Recebido. Autue-se
e inclua em pauta.
Em 19 / 10 / 20 09

1º Secretário

LIDO NA SESSÃO DO
Dia 19 / 10 / 20 09
1º Secretário

PROTOCOLO



PROJETO DE LEI

Nº 280/09



AUTOR : DEPUTADO DOUTOR ALEXANDRE BRITO

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da faixa etária da criança e do adolescente a todos os eventos públicos, no estado de Rondônia e dá outras providências”.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO RESOLVE:

Art. 1º Todos os produtores, exibidores ou responsáveis por diversões públicas deverão anunciar em qualquer meio de divulgação ou em lugar visível a informação sobre a faixa etária para a qual não se recomende os eventos nos termos desta lei;

Art. 2º A classificação da faixa etária disciplinada através desta lei, integra o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente, composto por órgãos públicos destinados a defender e a controlar a efetivação do direito de acesso a diversões públicas adequadas à condição peculiar de desenvolvimento das crianças e adolescentes;

Art. 3º Estão sujeitas à análise de conteúdo as diversões públicas exibidas ou realizadas ao vivo, tais como:

- I - espetáculos;
- II – shows musicais;
- III – apresentações públicas ou abertas ao público.

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº



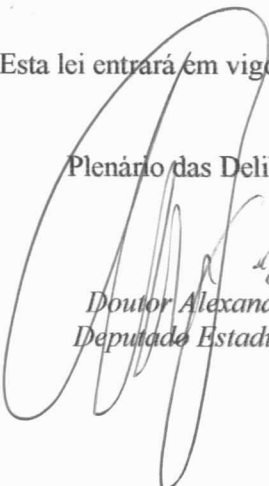
AUTOR : DEPUTADO DOUTOR ALEXANDRE BRITO

Art. 4º As diversões públicas são classificadas como:

- II – livre para todo o público;
- III – não recomendada para menores de 10 (dez) anos;
- IV – não recomendada para menores de 12 (doze) anos;
- V – não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos;
- VI – não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos; e
- VIII – não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 13 de outubro 2009.


Doutor Alexandre Brito
Deputado Estadual/ALE

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº



AUTOR : DEPUTADO DOUTOR ALEXANDRE BRITO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A presente propositura, dispõe sobre a obrigatoriedade de que todo evento público, deverá indicar a faixa etária do menor permitida em lei. Vale ressaltar que o núcleo normativo que confere densidade à presente propositura está expresso no artigo 227 da Constituição Federal e na Constituição Estadual, artigo 9º inciso XIV. Isto significa que o Estado deve fazer todo o esforço contra os abusos perpetrados contra a família e, em especial, as crianças e os adolescentes que estão entregues ao gosto de tudo e todos.

Certamente que esta propositura, não esgota a discussão sobre a atividade de classificação da faixa etária, e do que é permitido, mas de qualquer forma irá contribuir, com o interesse público, regulando a presença de crianças e adolescentes em cada situação específica.

Assim a nosso ver, a proposição está plenamente justificada e certamente encontrará acolhida por parte de nossos pares.

Plenário das Deliberações, 13 de outubro 2009.

Doutor Alexandre Brito
Deputado Estadual/ALE